

Posseiros resolvem aceitar terreno em Cariacica

Mesmo que o governo do Estado não tenha fixado prazos para a instalação de uma escola e da rede elétrica, os 600 posseiros expulsos de Rosa da Penha — abrigados há 9 dias na catedral de Vitória — em assembléia geral, decidiram aceitar a área na região de Itanhenga, Cariacica, oferecida gratuitamente pelo governo Estadual. Até quinta-feira, as primeiras famílias já serão removidas para o local.

Uma outra reivindicação que estava pendente, a implantação de uma linha de ônibus, foi resolvida ontem mesmo. Ocorre que o diretor-geral do Detran, tenente coronel Jorge Devens, ao passar próximo à catedral foi abordado por membros da comissão dos posseiros, e, na ocasião, assegurou que até a próxima semana o Detran estabelecerá a extensão de uma das linhas emergentes no município para atender a região.

Enquanto isso, o secretário de Bem-Estar Social, Clóvis de Barros, informou que a partir de hoje as máquinas da Companhia Estadual de Mecanização Agrícola (Cemag) iniciarão os serviços de terreflagagem cujo projeto de urbanização prevê 800 lotes para os posseiros expulsos de Rosa da Penha que terão no mínimo 180 metros quadrados.

A Cohab, que se comprometeu em prestar assessoria técnica na reconstrução dos barracos concluirá totalmente a urbanização — arruamento e demarcação de lotes — e dentro de 5 a 10 dias, sendo que no terceiro dia já existirão possibilidades de transferência de famílias.

As remoções de posseiros da catedral para a área de Itanhenga ocorrerá por etapas, e o critério a ser obedecido será por famílias mais carentes. A ocupação total da área, já batizada como Nova Rosa da Penha, ainda não está definida em função de uma dificuldade: a aquisição de material para a construção dos barracos.

Segundo os posseiros, o que haviam conseguido em Rosa da Penha foi queimado por William Farnum de Oliveira que se diz proprietário do terreno. Entretanto, além de uma verba que a Unidade Comunitária de Integração Social (UCIS) que se comprometeu a ajudar na aquisição de materiais, os posseiros iniciaram uma campanha junto às outras comunidades da Grande Vitória para a obtenção da madeira necessária. Existe, ainda, a promessa do secretário Clóvis de Barros em conseguir madeira na Companhia Siderúrgica de Tubarão, que com a desativação das obras de construção civil, possui farto estoque de material.

Uma das exigências dos posseiros para aceitarem a área de Itanhenga foi a instalação de uma escola para atender aos alunos da 1ª à 4ª série, num prazo máximo de um mês. Contudo, com a posição do governador Eurico Rezende, de não aceitar qualquer imposição de prazo, os posseiros se contentaram com a promessa da Secretaria de Educação de que a escola estaria funcionando no local a curto prazo.

Com relação à instalação de uma rede elétrica também não houve definição. O que ficou acertado é que o governo destinará recursos do Fundo de Eletrificação Rural para que a Escelsa desenvolva o projeto. A empresa, por seu turno, não fixou data para início das obras.

Enquanto não acontecer a ocupação total da área disponível aos posseiros expulsos de Rosa da Penha, a Catedral Metropolitana de Vitória continuará servindo de abrigo para as famílias. Clóvis de Barros colocou à disposição os centros sociais urbanos, e as dependências do lespem para as crianças e suas respectivas mães. Entretanto o convite foi rejeitado.

Por outro lado, o governador Eurico Rezende numa conversa com seu auxiliar determinou que enquanto os posseiros aguardassem a preparação da área de Itanhenga, a Sebs deveria providenciar alimentação para os abrigados na catedral. Clóvis de Barros tentou negar o fato, mas diante dos questionamentos dos posseiros acabou prometendo que mobilizará seus assessores para que haja o fornecimento de alimentos. Desde que se abrigaram na catedral, sexta-feira passada, as famílias estão recebendo donativos somente das comunidades da Grande Vitória.

CADASTRAMENTO

A prioridade para ocupação gratuita de Itanhenga será dada às famílias que se encontram na catedral. O cadastramento dos posseiros que estão em casa de parentes — cerca de 2 mil, — será feito pela Sebs com participação da comissão de posseiros que poderá identificar as famílias realmente necessitadas, excluindo os aproveitadores. Segundo Clóvis de Barros, a área de Itanhenga não será destinada somente aos posseiros despejados de Rosa da Penha. Mas para todas as famílias que vivem em condições subumanas. Trata-se de um programa que foi adiantado em função dos problemas em Rosa da Penha", observou o secretário.